

DEPUTADO SALGOT CASTILLON

Publicado no D.O. de 22 de outubro de 1964.
Paginas 67 - 1a. coluna.

ASSUNTO: irregularidades no governo Ademar
de Barros - "Industria do Reajuste"

O SR. SALGOT CASTILLON — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, há dias denunciei, desta tribuna, a nova modalidade de corrupção implantada no governo Ademar de Barros e que vem funcionando ostensiva e descaradamente mesmo após a Revolução: a indústria do reajuste. São diversos os métodos usados propositadamente. Por exemplo: certos empreiteiros atrasam a entrega das obras para assim obterem dois ou três reajustes. A finalização e o vigor na obediência aos prazos são inexistentes e de forma proposital para que o assalto seja possível. Há casos até em que firmas encarregadas de 5 ou 6 obras, obterem dilação de prazo de dois a três meses. Com isto, estas firmas logram dois ou três reajustes para todas as obras!

Esta soma indecorosa de prazos é uma demonstração de como funciona uma verdadeira quadrilha destinada a furtar o erário.

Vou relacionar alguns processos que tiveram, ultimamente, andamento na Secretaria de Obras, denunciados pelo ilustre deputado Paulo de Castro Prado ao Sr. Presidente da República e que ilustram perfeitamente esta dura e vergonhosa realidade.

DELEGACIAS DE POLÍCIA — (Circunscrições) Foram seis obras entregues a uma só firma, num só contrato do valor de Cr\$ 141.604.810,00. Nome da firma: Companhia de Construtores Associados. Houve flagrantes irregularidades que se provam com o "Modus Faciendi" dos métodos de reajustes ou no termo de revigoramento. Os contratos foram firmados para que estas obras fossem concluídas dentro de 12 meses ou com uma tolerância de mais 2 a 4 meses. Sem Direito a Reajuste total, conforme o decreto 42.063. Pois bem, somaram-se os prazos de tolerância para cada obra e a C.C.A. obteve uma prorrogação ilegal de 19 meses e 29 dias, conforme despacho de fls. 28 do Processo n.º 126 int.º 1961 Prov. 4 DOP., em 21 de fevereiro de 1964. O reajuste atingiu a quantia de Cr\$ 81.432.224,00, beneficiando o empreiteira em obras irregularmente atrasadas, a despeito de haver o Construtor recebido um Termo de Aditamento no valor de Cr\$ 11.328.676,30, em 24 de abril de 1963. O reajuste citado foi concedido em 26 de maio de 1964, por despacho do próprio punho do sr. Governador lançado a fls. 31 do referido processo e elevou o custo da obra orçada em Cr\$ 141.604.810,00 para Cr\$ 234.365.710,30. Estas Delegacias Circunscripcionais são as seguintes: Vila Mathilde, Vila Rica, Vila Carrão, Pari, Interlagos e Parque São São Lucas, todas da Capital.

HOSPITAL PSIQUIATRICO DE BOTUCATU: Valor do contrato: Cr\$ 393.881.642,60. Firma Contratante: Companhia de Construtores Associados (C.C.A.) Mais uma vez esta firma atrasou as obras propositadamente e obteve uma dilação de prazo de mais 4 meses e 11 dias, e com isso logrou mais reajustes num total de Cr\$ 437.623.487,00, considerando ainda uma despesa de mais Cr\$ 85.724.993,70, por modificação de estaqueamento. Assim, o reajuste ultrapassou em muito o próprio valor da obra. A obra foi iniciada em 19/11/1962 e terminou em 19/5/1964, um ano e meio. O reajuste foi concedido pelo Próprio Governador em 8 de junho de 1964 a fls. 29 do Processo n.º 34.668/1949 Prov. 26 DOP.

CASA DO TRABALHADOR E ALBERGUE NOTURNO: Processo n.º 28.985/44 5.º Volume — Contra o parecer do Assistente Jurídico (fls. 15 a 17), foi a obra entregue à firma Construtora Organizadora Industrial S. A., sem concorrência, por despacho do Governador no ofício 6.916 de 13/9/1963, liberando verba com especificação de firma empreiteira! Valor da obra: Cr\$ 10.508.409,00 (acabamento de obra paralisada). Novamente contra parecer jurídico obtem a firma um Termo de Aditamento de Cr\$ 10.172.802,60. Finalmente, contrariando novo parecer jurídico, o que é inconcebível, obtem a firma mais Cr\$ 20.000.000,00 em forma de acréscimo: em 21 de julho de 1964!

FORUM DE SÃO JOSE DO RIO PRETO: Contrato no valor de Cr\$ 21.000.000,00. A firma contratante obteve um reajuste de mais de Cr\$ 119.000.000,00 atingindo o valor da obra Cr\$ 140.000.000,00. Neste caso, teria sido muito mais conveniente ao Estado colocar a obra novamente em concorrência, levando em conta que o levantamento do local foi pago diretamente pelo D.O.P., para firma especializada; a sondagem da mesma forma e o Projeto, de forma esdrúxula, foi pago para o arquiteto Tapparelli (Cr\$ 909.000,00), quando o Departamento possui seção aparelhada e especializada para todos os serviços acima.

GINASIO VOCACIONAL DE BARRETOS — Valor do contrato Cr\$ 268.483.006,00. Mais um reajuste de Cr\$ 478.738.354,40, por despacho do próprio Governador em 9-5-64, a fls. 307 do processo.

Poderíamos citar ainda inúmeros outros casos, como o do Instituto de Recuperação do Alcoolatra, do Hospital Psiquiátrico de Rio Claro — cujo aterro e terreno estão perdidos porque só posteriormente é que se verificou que a obra era maior que o terreno — do Hospital Psiquiátrico de Araraquara — no que tange a cortes de árvores e destocamentos — etc., mas seria um não acabar infindável.